

# INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM FLORIANÓPOLIS

Sérgio Schmitz(\*)

*“As águas são muitas; infindas. Em tal maneira é graciosa, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.”*

PERO VAZ DE CAMINHA

Entender a iluminação pública e suas conseqüências sobre a sociedade requer uma interpretação histórica, isto é, a forma como se organizou e transformou a economia, as relações sociais, os impactos no lazer, na segurança, enfim, sobre a vida cotidiana das pessoas.

Desterro, 1838. Nesse ano iniciava-se na antiga cidade de Desterro, hoje Florianópolis, uma inquietação por parte da Câmara Municipal: a iluminação pública. A cidade crescia sem nenhum planejamento urbanístico, pobre de uma infra-estrutura adequada e organizada. Embora não havendo nesta época um contingente populacional elevado, a iluminação pública ganhava importância, figurando como uma das metas principais por parte da municipalidade.

Nesse projeto de modernidade, a iluminação pública “passava a ser reconhecida como uma das necessidades

que a população deveria dispor, para poderem dar-se ao trabalho da vida noturna, lazer e até segurança”<sup>1</sup>. Mesmo comparando com os dias de hoje, as trevas da cidade favorecia a atuação de marginais, e a polícia na escuridão tinha sérios problemas em perseguí-los, somada a situação de ansiedade por parte da população. Contudo, era baixo o índice de criminalidade, mas aqueles que tivessem “a intenção de sair à noite” um criado era necessário para acompanhá-los com lamparina.

Em 1840 iniciava-se a iluminação pública com 50 lampiões que funcionavam com azeite de baleia e eram acesos pelos escravos somente nas noites sem luar, observando-se também a intensidade dos ventos sul e nordeste, inimigos número um dos lampiões. Para isso, as casas de esquina deveriam ter uma pedra furada a certa altura, a fim de serem os lampiões pendurados. No ano de 1855 a ilu-

---

(\*) UFSC/UDESC

minação da cidade é substituída do uso de óleo de baleia por gás nos lâmpões. Mas, em 1862 o serviço é suspenso por falta de recursos da Câmara Municipal e durante seis anos a velha Desterro ficava na escuridão. Somente em 24 de outubro de 1869 a iluminação pública volta a ser instalada com 120 lâmpões, “mas ainda era escassa para atender as necessidades de uma cidade que crescia consideravelmente, em relação à sua população, seu comércio e até mesmo pequenas indústrias”<sup>2</sup>.

A partir de julho de 1874 os lâmpões à gás são substituídos por querosene, essa iniciativa tinha um objetivo, economizar.

Até 1910 a situação não se modificava e acentuava-se a necessidade de beneficiar a cidade de Florianópolis com um bom e moderno sistema de iluminação. Joinville e Blumenau já desfrutavam do conforto da energia elétrica, pouco a pouco aproveitada para fins industriais. Em Florianópolis a energia elétrica era vista, ainda, muito mais como um serviço voltado à iluminação pública e das residências. De qualquer forma, sua utilização dependeu da iniciativa governamental e aos poucos, porém, a eletricidade foi encontrando novos suportes para sua aplicação, na esfera pública ou privada.

Assim, em 1907, numa iniciativa do

governo do Estado, sob a administração de Gustavo Richard, teve início em acordo com a municipalidade de Florianópolis, a construção da Usina Hidrelétrica de Maroim para fornecer energia elétrica à cidade. Construída no município de São José por uma firma luso-inglesa chamada Simonds & Saldanha da Hidrelétrica foi contratado o engenheiro Miguel Vela, que veio da Inglaterra após concluir um Curso de Aperfeiçoamento na fábrica de geradores “Siemens”. A energia elétrica era transmitida à capital por meio de um cabo submarino, havendo outro sobresalente para qualquer eventualidade. A travessia da energia em cabos submarinos era bem mais segura, por não ficarem expostos ao vento sul<sup>3</sup>.

Surgiu, em 1955, no governo Irineu Bornhausen (1951/56), para criar as bases de sustentação de um desenvolvimento autônomo almejado pelo Estado, o Plano de Obras e Equipamentos - POE. Neste Plano governamental ficava o Poder Executivo autorizado a promover a organização de sociedades por ações, destinadas a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado, organizando a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC<sup>4</sup>. No mesmo momento em que foi criada a CELESC, instituiu-se outra estatal: a

Empresa de Luz e Força de Florianópolis S.A. - ELFA. Esta tinha como objetivo distribuir para o centro da cidade de Florianópolis, a energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Maroim e por um gerador a diesel instalado no Largo Fagundes<sup>5</sup>. Tudo nos dá conta que a ELFA em seus primeiros anos atendia efetivamente à demanda com qualidade de energia e quantidade. Porém, com o crescimento populacional da cidade a Empresa deixava muito a desejar.

O atendimento era deficiente, podendo-se afirmar que da Trindade ao Itacorubi, inexistia a iluminação pública e residencial. A ELFA foi uma Empresa deficitária. Órgãos do estado, Hospital de Caridade e Prefeitura Municipal estavam sempre em débito com a mesma. A iluminação pública era mantida precariamente, sem que a Prefeitura indenizasse os mínimos gastos efetuados<sup>6</sup>.

Tudo isso gerava reclamações do povo, permanentemente descontente com a Empresa. Ao que parece as críticas eram gerais e vinham de diversos setores sob variadas formas, inclusive através da música. Parodiando conhecida canção, era comum ouvir-se nas ruas da provinciana Florianópolis: "Cidade maravilhosa. Terra de Hercílio Luz. De dia falta água. De noite falta luz." Em 1965 a CELESC incorporava a ELFA, que passava a arcar com a responsabilidade

e o comando de todas as operações de energia elétrica em Santa Catarina (7).

Para concluir podemos dizer que a iluminação pública conduz a uma transformação radical e, aparentemente, irreversível na forma como se constitui determinada sociedade e, ao mesmo tempo, a maneira como se organiza e se desenvolve o processo de eletrificação irá depender de como se estruturam a política, a economia e as relações sociais desta mesma sociedade.

## Notas

- <sup>1</sup> AMARAL, Heloisa Cristina Martins. Antecedentes, surgimento e desenvolvimento dos serviços de luz e força elétrica em Florianópolis. Florianópolis, Departamento de História/UFSC, 1986. Mimeo. p.6.
- <sup>2</sup> Ibid., p.10.
- <sup>3</sup> SCHMITZ, Sérgio & Almeida, Rufino Porfírio et alii. CELESC: 40 anos. Uma visão social. Relatório de Pesquisa. Centrais Elétricas de Santa Catarina-CELESC, 1995.Mimeo.
- <sup>4</sup> SCHMITZ, Sérgio. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo Estadual: PLAMEG 1961-1965. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.
- <sup>5</sup> SCHMITZ, Sérgio & Almeida, Rufino Porfírio, op.cit., p.2.
- <sup>6</sup> AMARAL, Heloisa Cristina Martins, op.cit., p.45.
- <sup>7</sup> SCHMITZ, Sérgio & Almeida, Rufino Porfírio, op.cit., p.3.